

O povo vai às ruas: Diretas já! Diretas já!



Palanque pluralista. Em 1984, as principais lideranças de oposição ao regime militar (Leonel Brizola, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Luís Inácio Lula da Silva) percorreram o país realizando manifestações defendendo a volta das eleições diretas para presidente. O comício no Rio de Janeiro, no dia 10 de abril de 1984, reuniu um milhão de pessoas.

Milhões de brasileiros promovem manifestações por todo o país pedindo a volta das eleições diretas para a presidência da República

Naquele ensolarado final de tarde de abril de 1984 havia muita esperança no rosto de mais de um milhão de pessoas que se aglomeravam por boa parte da gigantesca Avenida Presidente Vargas, todas com sua atenção voltada para o palanque erguido nos fundos da Igreja da Candelária, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Desde o início da tarde, centenas de milhares de manifestantes, representando os mais variados setores da sociedade brasileira, começavam a chegar ao local do último comício da campanha pela volta das eleições diretas para a presidência da República. As manifestações populares procuravam sensibilizar os parlamentares que no final daquele mês votariam a favor ou contra o restabelecimento das eleições diretas para o principal cargo executivo do país. Em todas as capitais de estados brasileiros haviam sido realizados comícios semelhantes com enorme afluência de pessoas.

No palanque da Candelária, estavam os mesmos líderes políticos que tinham percorrido juntos os quatro cantos do país firmando um posição contrária à continuação da eleição indireta e empolgando multidões por onde passavam. Quanto maiores fossem as manifestações populares, maiores seriam as chances de que a emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira, do PMDB. No Congresso, os parlamentares favoráveis à emenda passaram a vestir gravatas amarelas para indicar sua intenção de voto e, dessa forma, os eleitores poderiam saber de que lado estavam seus representantes. A estratégia parecia estar funcionando bem, pois cada vez que um parlamentar, antes indeciso ou aliado do governo, "estreeva" sua gravata amarela, os flashes da imprensa e as câmaras de TV o cercavam para que explicasse sua mudança de atitude. A sedução da notoriedade atingia em cheio os seus objetivos: o parlamentar aparecia nas telas de televisores e manchetes de jornais do país inteiro e a oposição contabilizava mais um voto em favor da emenda. Criava-se assim um círculo vicioso em torno da ideia da volta da consulta popular para a escolha do presidente do país, pois quanto mais parlamentares manifestassem apoio aos anseios da população, maior era número de participantes nos comícios e vice-versa. A era dos generais-presidentes parecia finalmente estar chegando ao fim.

"Os anos de chumbo"

Durante quase três décadas o Brasil ficou sem eleger os seus presidentes da República. Foi este o período entre a eleição de Jânio Quadros (1960) e a de Fernando Collor de Melo (1989) - coincidentemente, dois presidentes que,

eleitos com enorme votação popular, acabaram renunciando ao cargo. Com a renúncia de Jânio em 1961, assumiu o cargo o seu vice, João Goulart, que em 1964 foi deposto por um golpe militar, devido às suas simpatias pela esquerda. A partir daí, o Brasil teve uma sucessão de generais-presidentes escolhidos de forma indireta, até que em 1989 pôde mais uma vez escolher seu principal governante.

Após o golpe de estado que os levou ao poder em 1964, os militares anunciaram que sua presença seria temporária e que o governo seria devolvido aos civis assim que a situação do país estivesse normalizada e o perigo comunista fosse afastado em definitivo. O marechal Humberto Castello Branco governou entre 1964 e 1967, sendo substituído pelo general Costa e Silva (1967-1969), que enfrentou o recrudescimento da resistência popular e acabou promulgando o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. Em seguida, um triunvirato de ministros militares fez a transição entre a gestão de Costa e Silva, impedido de governar por motivos de saúde, e a do general Garrastazu Médici (1969-1974), cujo governo se caracterizou por investimento em grandes projetos, prosperidade econômica (dando origem à expressão "Milagre Brasileiro") e uma violenta repressão contra a resistência armada de grupos de esquerda que lutavam pela derrubada do regime militar.

Em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu o poder enfrentando as primeiras crises em consequência do "Milagre": o crescimento da dívida externa, a escalada da inflação e as disputas entre os próprios militares, desgastados interna e externamente por mais de uma década no poder. Essas disputas acabaram definindo a existência de uma "linha dura", favorável a uma repressão mais intensa, e uma linha liberal, que pregava uma abertura política "lenta, gradual e segura" e a transferência do poder para as mãos de grupos civis confiáveis. O principal defensor da abertura política era o ministro-chefe do Gabinete Civil de Geisel, general Golbery do Couto e Silva.

O projeto da abertura política foi levado a cabo pelo sucessor de Geisel, João Baptista de Figueiredo, que governou entre 1979 e 1984. Em 29 de agosto de 1979 foi aprovada a Lei da Anistia, que beneficiava por igual os participantes da guerrilha de esquerda e da repressão militar. Apesar da crise deflagrada pelo Rio-centro, quando uma bomba estourou no colo de um militar nas proximidades de um comício, o processo de abertura continuou. A Lei Orgânica dos Partidos, de 22 de novembro, pôs fim ao bipartidarismo (sistema onde só é permitido a existência de dois únicos partidos) e deu origem a uma reformulação do quadro partidário brasileiro, com a criação do PT (Partido dos Trabalhadores), liderado pelo sindicalista Luís Inácio da Silva, o Lula; do PDT (Partido Democrático Trabalhista), liderado por Leonel Brizola, que voltava de um exílio de mais de 15 anos; do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que reunia os remanescentes do antigo MDB; e do PDS (Partido Democrático Social), onde se concentraram os grupos políticos de apoio ao governo militar, substituindo a antiga ARENA.

O processo de abertura política possibilitou o surgimento do movimento pelas "Diretas Já", encabeçado pelas lideranças oposicionistas, que ganhou as ruas. Contudo, apesar de toda a mobilização, em 25 de abril, a emenda foi a votação no Congresso, deixando de ser aprovada por uma margem de apenas 22 votos (298 a favor, 65 contra, 3 abstenções e 112 ausências).

As eleições presidenciais, portanto, continuariam a ser indiretas; mas o entusiasmo cívico gerado pela campanha das "Diretas" transformou-se em apoio ao candidato das oposições, que pela primeira vez poderia ter alguma chance de derrotar o candidato do governo. As oposições concordaram em apoiar o nome do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, candidato do PMDB. O candidato governista era o deputado Paulo Maluf, do PDS. Um importante fato político desta fase foi o "racha" no interior do PDS, quando numerosos políticos se afastaram do governo formando a "Frente Liberal", que em seguida viria a apoiar o candidato Tancredo Neves, constituindo a chamada "Aliança Democrática" com o PMDB.

Em janeiro de 1985 Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral, com 485 votos contra 180 de Paulo Maluf e 25 abstenções. Com uma saúde precária, não chegou a governar. Na véspera da posse, foi internado no Hospital de Base de Brasília, onde durante várias semanas foi submetido a sete cirurgias, vindo a falecer em 21 de abril. Em seu lugar, foi empossado o vice-presidente José Sarney, um dos políticos ex-governistas da Frente Liberal.

O governo de Sarney (1985-1989) teve um início traumático, até porque depois

de tantos anos de esforço, a oposição brasileira acabava colocando na presidência, ironicamente, um político cuja história sempre correria ao lado do regime vigente. As disputas internas do governo Sarney, contudo, passaram para um segundo plano após a promulgação, em março de 1986, do Plano Cruzado, uma radical reforma econômica que trocou a moeda do país (de cruzeiro para cruzado), congelou preços e salários e promoveu profundas alterações no sistema de cálculo da inflação.

O Plano Cruzado trouxe uma breve estabilização econômica, mas não conseguiu solucionar problemas estruturais. O Plano Cruzado 2, de novembro do mesmo ano, foi um movimento de recuo em relação ao plano anterior; a inflação recrudescceu, o que levou o governo a frequentes trocas de ministros da Economia.

Durante o governo Sarney foi elaborada e promulgada, em 1988, a nova Constituição do país que, entre outras medidas, previa a eleição direta (em dois turnos) do próximo presidente. Finalmente era atendido o apelo popular que havia ecoado por todo o país quatro anos antes.

O ano de 1989 foi de intensa campanha eleitoral, e no segundo turno o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, derrotou o sindicalista e presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, por uma estreitíssima margem de votos. Empossado em 1990, Collor iniciou seu governo com mais um plano econômico de impacto, promovendo um confisco das cadernetas de poupança, novo congelamento de preços e uma reforma que reduziu a interferência do Estado na economia, abrindo o país para produtos e investimentos estrangeiros.

Em meados de 1992, sucessivos escândalos começaram a desestruturar o governo Collor, sendo que os mais graves envolviam o empresário Paulo César Farias, conhecido como PC Farias, que havia aluado como tesoureiro da campanha presidencial.